
SER Social

ESTADO, DEMOCRACIA E SAÚDE

Brasília, v. 22, n. 46, janeiro a junho de 2020

O trabalho das equipes multiprofissionais na Educação: 10 anos do grupo de pesquisa TEDis

**The work of multiprofessional teams in Education:
10 years of the TEDis research group**

YANNOULAS, Silva Cristina (Coord.). O trabalho das equipes multiprofissionais na Educação: 10 anos do grupo de pesquisa TEDis. Curitiba [PR]: CRV, 2017. 242p.

Zora Yonara Torres Costa¹

Apresento o livro *O trabalho das equipes multiprofissionais na Educação – 10 anos do grupo de pesquisa TEDis*, leitura obrigatória para os profissionais da educação e pesquisadores da política social, pois, além de ser fundamental para compreender criticamente a dinâmica ontológica do trabalho presente na educação para as equipes multiprofissionais, revela ainda as mediações presentes entre educa-

1 Graduada em Serviço Social – Universidade Católica de Salvador/Bahia Serviço Social. Assistente Social. Doutoranda em Política Social (UnB); mestre em Filosofia (UnB); especialista em Gestão Pública em Gênero e Raça (UnB). Servidora Pública no Instituto Federal de Brasília/IFB. E-mail: zorayona@gmail.com.

ção e trabalho, a partir do lócus histórico que constitui o processo de sociabilidade do ser social.

O livro, publicado em 2017, foi coordenado pela professora Silvia Cristina Yannoulas, professora na Universidade de Brasília (UnB), onde atua no Programa de Pós-Graduação em Política Social, desde 2006; lidera o Grupo de Pesquisa “Trabalho, Educação e Discriminação” (TEDis), desde 2007; e coordena o plano de internacionalização do PPGPS, desde 2019. Trata-se de uma obra instigante, com 242 páginas, as quais tiveram a colaboração de diversos autores envolvidos com a temática da educação que trouxeram, com ela, a possibilidade de proveitosa reflexão. A obra é composta por prefácio elaborado pela professora Maria Helena Elpidio Abreu que, à época, era a presidenta da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss). Dividido em duas partes e um posfácio, o livro em cada uma delas tem três capítulos; sendo, assim, seis no total que versam sobre o trabalho das equipes multiprofissionais na assistência estudantil e na educação básica dentro dos contextos educacionais brasileiro e argentino.



Aportamos a síntese do livro que se inicia com uma bela poesia do Mauro Iasi e a vivência da pequena Rivânia. No primeiro capítulo, elaborado por Carolina Cassia Batista Santos, Patrícia Paulino Muniz de Abrantes e Rafael Zonta, encontramos vasto debate teórico atualíssimo, o qual situa o leitor sobre a organização da pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa TEDis. Aborda, ainda, o redimensionamento da prática das equipes multiprofissionais na assistência estudantil, na Universidade de Brasília (UnB). Todavia, esta necessidade de revisão e reformulação não surge do nada, tem presente a prevalência das conjunturas política e governamental que impactam no processo de trabalho dos profissionais da educação superior, espe-

cialmente das/os assistentes sociais que são consideradas/os essenciais na garantia do acesso a este direito. Cabe, porém, ilustrar que, para além destes profissionais, existem outros na educação superior que estão atuando também na execução da política de assistência estudantil, cuja dinâmica é multiprofissional. Discutem aspectos históricos e contraditórios que formulam a assistência estudantil, as formas assistencialistas de “bolsificação” e a participação dos atores sociais, tudo isso abordado de modo a fazer refletir sobre os avanços e desafios que requerem materializar o trabalho multiprofissional.

No segundo capítulo, o debate sobre a assistência estudantil como direito ou mérito, elaborado por Potyara Amazoneida P. Pereira e Jacqueline Domiense Almeida de Souza, foi problematizado, partindo do substantivo assistência na relação com o estudante, aufferindo a interface entre as políticas de assistência social e educação. As autoras trazem um debate crítico em relação às categorias mérito e direito. Para elas, o mérito é prestigiado na política de educação, e a categoria direito está presente na política de assistência social. Também defendem que a assistência estudantil é parte integral e endógena à política de assistência social brasileira. Afirmam que esta possui o formato intersetorial, pois transita pelo interior das demais políticas sociais, embora esta interface apresente desafios e complexidades. Também debatem os marcos legais que envolvem a assistência estudantil, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAes), revelando que este possui limitações no que concerne à garantia do direito ao acesso, permanência e conclusão do curso em um país de profundas desigualdades sociais.

A composição do terceiro capítulo, escrito por Miriam de S. L. Albuquerque, Jacqueline Domiense Almeida de Souza, Laís Vieira Pinelli e Samuel Gabriel Assis, possibilita aos leitores compreenderem o debate da assistência estudantil, conferida a partir da reflexão das potencialidades e desafios presentes na supervisão do estágio em Serviço Social, frente às equipes multidisciplinares nas instituições de educação, especificamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Esta reflexão foi fruto da pesquisa sobre as equipes multiprofissionais em ambientes escolares, uma importante iniciativa para compreender que a formação profissional

é um dos grandes desafios postos ao Serviço Social no presente, com o advento do capitalismo e pelas transformações no mundo do trabalho e as contradições que se materializam na atualidade. A educação é um direito universal, parte da formação cidadã. As autoras trazem como crucial a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a qual origina os institutos no Brasil, que, por sua vez, possuem um projeto institucional de fomentar o direito ao acesso e à permanência do estudante, em um enredo que contextualiza a inclusão social como central. Um debate suntuoso leva o leitor a realizar uma análise sobre os termos interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

A primeira parte do livro, certamente, traz contribuições significativas sobre o trabalho desenvolvido no espaço socio-técnico-ocupacional dos profissionais da educação, em que assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros profissionais estão inseridos. O trabalho multiprofissional envolve um compromisso coletivo para uma real execução da política de educação. Assim, considerar as atribuições de cada profissional requer um envolvimento por parte da equipe, de modo a estabelecer um plano de trabalho, que, de fato, seja interdisciplinar e intersetorial, que desencadeie uma prática multiprofissional. O assistente social isoladamente não garante direitos sociais. Este trabalho é conjunto e postula elementos que só avançam se os processos de trabalho ocorrerem coletivamente. A interdisciplinaridade como orientação às equipes multiprofissionais da assistência estudantil, só poderá ser materializada se for apreendida, de forma coletiva, pelos trabalhadores da educação.

Substancialmente, o quarto capítulo, de autoria de Silvia Cristina Yannoulas, Monica Girolami e Zulma Viviana Lenarduzzi, permite, a partir de dados comparativos, entender a realidade no Brasil e na Argentina sobre as equipes multiprofissionais na educação básica. Dialoga sobre as equipes multiprofissionais em contexto educacional entre 1930 (quando surge a figura do assistente social) e 2015 (quando houve mudanças nas tendências políticas), com o objetivo de identificar na América Latina as vertentes da política de educação. As autoras explicam a importância da interface entre educação e política social e, mais uma vez, apontam a intersetorialidade como fundamental. Convi-

dam o leitor a considerar a política educacional para além do acesso e da permanência, ao implementar um trabalho multidisciplinar, multiprofissional e intersetorial, no sentido de se alcançar maior qualidade na educação. E revela a complexidade diante da adversidade presente no modo de produção capitalista, que focaliza a política social e torna complexa a relação entre a educação e a assistência social no contexto de proteção social. Para tanto, foram levantados dados da educação formal no Brasil e na Argentina, o seu funcionamento, limitações e o trabalho implementado no ensino básico obrigatório.

No quinto capítulo, apresentado pelas autoras Silvia Cristina Yannoulas, Silvana Aparecida Souza, Steli Larissa Lima Ferreira Rios e Kelma Jacqueline Soares, abre-se um debate acirrado sobre a constituição das equipes multiprofissionais na educação básica brasileira e os entraves presentes na ação legislativa. Seu propósito foi, assim, de forma crítica, verificar os desafios postos à equipe multiprofissional na qualidade do processo pedagógico, de modo a desvelar a realidade. O debate parlamentar se sobressai na proposta de emenda constitucional em que se pretende garantir aos estudantes, na educação básica, o atendimento em relação à ampliação das equipes escolares, especialmente no que se refere ao Serviço Social e à Psicologia. Deste modo, no que concerne à demanda sobre a reestruturação da genealogia da inserção destes profissionais na educação, as autoras se baseiam em referências de textos e leis para promover o debate e, em seguida, elencam as dificuldades quanto à tramitação do projeto de lei, que, desde os anos 2000, está em pauta.

Outrossim, o capítulo sexto, escrito por Eliana Bolorino Canteiro Martins, aborda um diálogo não menos importante, a trajetória histórica do Fórum Serviço Social na Educação, a partir da composição e atuação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (Gepesse), contribuindo de maneira reflexiva acerca do trabalho dos assistentes sociais na educação. A autora trouxe um conceito de pesquisa e o levantamento do número de grupos de pesquisa que se referem ao serviço social na educação. Apresenta o Gepesse e as suas contribuições significativas, a exemplo da criação dos fóruns que viabilizaram trocas de experiência e reflexões sobre os desafios gerando o debate a respeito da interface do Serviço Social

com a Educação no Brasil. Assim, destaca-se que a contribuição deste legado do Gepesse e dos fóruns é permitir análises dos determinantes socio-históricos, as conjunturas política, econômica e social que incidem sobre as políticas sociais, especialmente na educação brasileira.

É substancial não perder de vista a atuação na temática de outros grupos como o próprio TEDis. Para tanto, no encerramento do livro, Silvia Cristina Yannoulas, Carolina Cassia Batista Santos e Natália de Souza Duarte presenteiam o leitor com o percurso de dez anos de atuação do grupo, que vem promovendo estudos sobre a categoria trabalho articulado ao conhecimento e à educação formal, considerando as questões de classe social, gênero e raça/etnia, com abordagem intersetorial e multidisciplinar/multiprofissional.

A segunda parte do livro debate sobre a inserção profissional de assistentes sociais e psicólogos na educação básica, requerendo compreender que este movimento tem que ser pautado na garantia de direitos sociais e na execução da intersetorialidade. Recomenda-se a leitura, pois a lei que prevê o trabalho de psicólogos e assistentes sociais na educação básica foi sancionada pelo Congresso Nacional brasileiro, corroborando com as discussões trazidas no livro, bem como as orientações presentes no “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”, do Conselho Federal de Serviço Social (CFess). Por fim, o livro resenhado poderá ser consultado gratuitamente no site da UnB, do grupo TEDis. Encerra-se a resenha com as palavras finais do posfácio do livro “Desejamos que desfrutem a leitura”. (YANNOULAS; SANTOS; DUARTE, 2017, p. 237).

Artigo submetido em 02/12/2019

Aceito para publicação em 02/12/2019

Referências

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 16/11/2019.

TEDis. **Trabalho, Educação e Discriminação**. Disponível em: <<http://www.tedis.unb.br/capitulos-e-livros/266-o-trabalho-das-equipes-multiprofissionais-na-educacao-10-anos-do-grupo-de-pesquisa-tedis>>. Acesso em: 01/11/2019.